



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3228 - RJ (2021/0001782-7)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
REQUERENTE : ANTONIO PERES DA CONCEICAO - ESPÓLIO
REQUERENTE : AMELIA GUEDES CONCEICAO - ESPÓLIO
REPR. POR : ANDERLY CONCEIÇÃO DE SIQUEIRA - INVENTARIANTE
ADVOGADO : GIBRAN LUÍS MARON - RJ051074
REQUERIDO : ROMAR NAVARRO DE SÁ
ADVOGADO : ROMAR NAVARRO DE SÁ (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ125466

DECISÃO

Cuida-se de tutela de urgência apresentada pelo ESPÓLIO DE ANTÔNIO PERES DA CONCEIÇÃO E AMÉLIA GUEDES CONCEIÇÃO, representado pela inventariante ANDERLY CONCEIÇÃO DE SIQUEIRA em que requer a concessão de efeito suspensivo ao acórdão proferido pela Décima Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do processo n. 0011000-94.2020.8.19.0000, de modo a sobrestar o mandado de verificação e imissão na posse, processo n. 56-92.2000.8.19.0013 em trâmite perante o juízo de Direito da Comarca de Cambuci/RJ.

O requerente alega que tramitam na justiça do Estado do Rio de Janeiro, diversas reclamações que discutem a legalidade referente à posse de um imóvel pertencente ao referido espólio avaliado em aproximadamente R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) sendo que o Tribunal de Justiça, em julgamento na reclamação n. 0011000-94.2020.8.19.0000, deu provimento ao pedido e determinou o imediato cumprimento ao acórdão anteriormente proferido que determinou a imissão na posse em favor do ora requerido, do imóvel adjudicado, objeto das diversos processos mencionados.

O requerido apresentou contestação às fls. 68-153.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Outrossim, sabe-se que o deferimento da tutela de urgência para conferir efeito suspensivo a recurso especial somente é possível quando presentes, concomitantemente, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. A propósito, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PERICULUM IN MORA.

INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. 1. *Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental.*

2. *Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam suspensos os processos de execução do julgado que visa rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução.*

3. **O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão.**

4. *Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória."*

5. **O requerente, entretanto, não comprovou o periculum in mora, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível.** 6. *Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016, grifo meu.)*

Na espécie, o requerente deixou de demonstrar o fumus boni iuris, se atendo a defender tão somente possíveis prejuízos decorrentes da continuidade do processamento da execução promovida pelo ora agravado, fatos estes insuficientes a alterar o curso regular do presente agravo em recurso especial.

Considerando ainda, a inexistência de prova da interposição de qualquer processo de competência deste Superior Tribunal de Justiça, não se vislumbra a possibilidade de conhecimento do presente pedido.

Isto posto, indefiro o pedido de efeito suspensivo requerido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência